

APRESENTAÇÃO

Se a modernidade pode ser definida como o momento da descoberta do novo mundo, da constituição da Europa e do chamado Ocidente, do encontro com a alteridade, da instituição da pureza sob várias formas (linguística, identitária, artística, arquitetônica etc.) e da violência colonialista, entre outros aspectos, o mundo no qual vivemos hoje apresenta desafios enormes à modernidade. Muitos de tais desafios são provenientes de um processo de globalização, o qual por um lado causa sofrimento e destrói modos de expressão cultural e economias locais, mas por outro lado gera e faz circular discursos globais que têm afrontado as práticas modernas que nos trouxeram até aqui. São colocados sob escrutínio essencialismos, homogeneidades, hegemonias e verdades perenes, em um mundo social da profusão de discursos, da heterogeneidade, da hibridez, de atravessamentos de fronteiras físicas e virtuais, ou seja, o mundo da pós-colonialidade, o que nos tem levado a repensar crenças e valores modernistas e a nos entendermos como outros ou possíveis outros em devir. Este número de INTERFACES se propõe a desafiar a modernidade e a repensar tradições, no vasto campo de produção de conhecimento das áreas de artes e arquitetura, urbanismo e design, letras, linguística e música.

Diferença e identidade, igualdade e justiça, relativismo e universalismo, cidadania: estas são algumas das categorias da modernidade que se encontram em questão. O chamado multiculturalismo coloca em xeque a capacidade de tais categorias de compreender as modificações e de responder às demandas sociais que mudaram de natureza e de modalidade de expressão. As reivindicações multiculturais, portanto, bem mais do que um desafio social e político, nos lançam um verdadeiro desafio de civilização. “Jamais houve uma época que não se sentisse moderna, no sentido excêntrico do termo, e não acreditasse estar diante de um abismo iminente. A lúcida consciência desesperada de estar no meio de uma crise decisiva é algo crônico na humanidade” anotava Walter Benjamin.

Crise: momento no qual se impõe uma escolha. É um momento de verificação, pois uma crise pode ser fatal, mas, contrariamente, pode ser também bastante fértil. Porém, nem sempre o termo conservou esta valência orientada em direção ao futuro. Em geral, a crise é uma fase que prepara um final. Crise, portanto, é um conceito inevitavelmente moderno e, aliás, poder-se-ia dizer que a crise está no centro da modernidade. A modernidade, para além de todas as possíveis leituras,

é também o momento no qual se afirma o pensamento crítico, isto é, a capacidade do sujeito de colocar em discussão e de reconstruir a concepção de si e do mundo.

A idade moderna conhece o desenvolvimento de processos em cujas bases nasce uma dúplici experiência: aquela de viver em um mundo de transição, politicamente projetado em direção a novos ordenamentos, e aquela de viver em um mundo em contínua aceleração, no qual os ritmos da experiência são encurtados, em razão das inovações técnicas, e onde a velocidade da própria experiência se multiplica exponencialmente. Ou nas palavras de Baudelaire, era exatamente o fugidio e a transitoriedade de sua época – e por que não também da nossa? – é que podia ser chamada de Modernidade, aquela “beleza passageira e fugaz da vida presente”. São prerrogativas da Modernidade o movimento, o crescimento e a efemeridade.

Antes de tudo seria preciso (tentar) definir o que é modernidade, mas logo se descobre uma grande confusão: se pode ser entendida meramente em sentido temporal, ou seja, a sociedade moderna da qual somos filhos e na qual estamos imersos – e, portanto, seria absurdo distanciar-se dela –, ou se a modernidade pode ser entendida como aquele conjunto de valores, de convicções, de mitos, de conquistas técnicas e científicas que, cimentados e sustentados pelo denominador comum da fé incondicionada no progresso e pela recusa da transcendência, da tradição do passado e da história, forneceram o elemento propulsor – em formas sempre mais definidas e agressivas – do renascimento, do capitalismo, da revolução científica, do iluminismo, da revolução industrial, do urbanismo, do liberalismo, da democracia, do socialismo, do positivismo e, por último, da revolução tecnológica, da manipulação biológica, da ideologia dos direitos absolutos do indivíduo e das minorias. Agnes Heller define a modernidade como *onívora*, pois somos ávidos de nos apropriar de tudo, de qualquer tipo de informação, de qualquer bem de consumo, de qualquer ideologia, de qualquer estética: de qualquer coisa. Mas neste processo poderíamos chamar a modernidade também de *canibal*, pois ao “devorar” todas essas coisas temos a impressão de estarmos nos apropriando da melhor parte delas, mesmo que de modo fugaz.

O desenvolvimento de um individualismo, a centralidade dos fatores socio-culturais e a importância da circulação dos sentidos no espaço precipitam aquela crise da qual antes se falava, mas também uma crise do espaço público tradicional e a sua conseqüente abertura à transição em direção a um espaço multicultural. O principal desafio do multiculturalismo – ou da modernidade? – é a capacidade dos sistemas em aceitar espaços mais abertos e diversos.

Não sermos capazes – total ou parcialmente, decorridos quase cem anos, de compreendermos os motivos da gênese da modernidade nos oferece um obstáculo

ao enfrentar temáticas urgentes da contemporaneidade. Impede-nos, principalmente, de originar os justos anticorpos necessários para constatar que vemos os espaços, ainda, como terras de conquista: quem está no poder utiliza-se deles não em favor da cidadania, mas por razões de cunho pessoal. Reconhecer, por exemplo, o valor de uma arquitetura moderna ou de uma moderna concepção de urbanismo, significa julgar de maneira crítica as operações daqueles personagens privados de escrúpulos que operam nestes campos. O modernismo baseia-se em princípios de natureza antropocêntrica, e isto ensina Le Corbusier, o maior dos arquitetos modernistas. O seu *homem da mão aberta* estava sempre presente em seus desenhos: é o ser humano aquele que mede todas as coisas.

Este é, pois, o valor da palavra “moderno” em arquitetura e urbanismo e que nos propõe o ensaio *Paradoxos do playground moderno: um convite para repensar o débito com a criança na cidade*, de Adriana Tenório Cordeiro e Sérgio Carvalho B. de Mello. Os autores apontam uma demanda por maior sensibilidade crítica quanto à espacialidade da vida social e refletem acerca de um débito com a criança, o espaço perceptivo e a experiência humana no âmbito do planejamento urbano, já que, na opinião deles, a paisagem urbana reconfigurada pela modernidade oferece playgrounds que privilegiam uma recreação passiva e não espaços que estimulem as crianças a experiências sensoriais mais ricas na cidade.

Das preocupações da modernidade na Arquitetura e Urbanismo para aquelas na área da Música, Márcio Leonel Farias Reis Páscoa e Luciana Pereira da Costa e Silva apresentam o ensaio *Waldemar Henrique perante o nacionalismo brasileiro e o contexto da crise global*. Waldemar Henrique da Costa Pereira (1905-1995) maestro, pianista, compositor e escritor de origem paraense e considerado o artista-símbolo daquele Estado. Sua composição mais conhecida é o *Uirapuru* (uma dentre as tantas chamadas “canções amazônicas”), mas sua obra é muito mais vasta e importante, incluindo a primeira versão musical de *Morte e vida severina* (1958) obra de João Cabral de Melo Neto. Destacou-se como um dos artistas que aderiram às ideologias nacionalistas na Era Vargas (1930-1945), deixando a sua terra natal, Belém do Pará, para se estabelecer no Rio de Janeiro em busca de visibilidade e aceitação nacional. Os autores fundamentam a discussão sobre a modernidade nos pressupostos teóricos de Gianni Vattimo, Tzvetan Todorov, Stuart Hall, Herbert Marcuse e os brasileiros Boaventura de Souza Santos e Mário de Andrade, entre outros, e esclarecem que o modernismo musical brasileiro, surgido na ruptura da Modernidade global, revelou um processo de forte resistência às culturas de orientação europeia e do Norte cultural. “Entretanto, sua estratégia de aglutinação interna se valeu de elementos colonialistas semelhantes ao que tentava evitar no processo de diálogo externo”. Apontam que o caso do compositor Waldemar

Henrique “é um exemplo claro desta flagrante contradição do nacionalismo brasileiro como emancipação das regionalidades do país”, que, na opinião de Claver Filho, vivia perseguindo a composição de uma obra-prima.

Da necessidade de a música brasileira refletir sobre uma hipótese de visão cosmopolita, como afirmam os autores do ensaio anterior, Giovanni Codeça da Silva em *Modernidade como projeto civilizador* propõe, a partir da perspectiva metodológica de Norbert Elias em *O processo civilizador*, o pensamento de um Brasil e de seu processo de inserção na era moderna com projetos concorrentes de modernidade. Pensar como este projeto de modernidade foi desenhado pelos intelectuais brasileiros do período, buscando coadunar as visões europeias oriundas da França, Alemanha e Inglaterra (construções *pari passu* a brasileira) e a tradição portuguesa miscigenada na América com as matrizes indígenas e africanas. Ao anteciparmos a modernidade brasileira para o século XIX, mudamos o paradigma de acaso ou imitação (influência) para uma perspectiva de reflexão e elaboração de um projeto elaborado, pactuado e implementado por fragmentos sociais que ansiavam por mudanças no poder e uma nova inserção socioeconômica.

Sempre no campo ideológico, o ensaio *Modernidade Alternativa no Movimento Zapatista de Libertação Nacional*, de Bianca Rihan Pinheiro Amorim, oferece importantes informações sobre o Exército Zapatista de Libertação Nacional, organização mexicana de grande destaque no cenário do século XX e que preconizava, dentre outras coisas, o fim da opressão aos povos indígenas e à cultura Maia, além de uma garantia da democracia, da liberdade e da justiça a todos os mexicanos. Aponta-se que os zapatistas promoveram uma modernidade alternativa, e que “a expressão da sua resistência e de seu projeto próprio de modernidade” pode ser verificado, dentre outros aspectos, na conservação das línguas maternas (que não o espanhol), na criação de murais artísticos de forte conotação política, posteriormente divulgados, inclusive, via internet, e de projetos de sustentabilidade. Os zapatistas, na opinião da autora, são modernos porque inventaram caminhos próprios como resultado da soma de diferentes contribuições. Fala de uma modernidade que “rebate as concepções hegemônicas e que propõe uma nova construção de sentidos e de subjetividades”.

Já *Memórias sentimentais de João Miramar: quase romance, quase sonho* de Tháís Fonseca Nunes e Jarbas Couto e Lima, aborda a modernidade na Literatura Brasileira a partir do romance de Oswald de Andrade, tão importante neste contexto como *Macunaíma* de Mário de Andrade, publicado anos depois. Leitura exigente em seu estilo telegráfico/cinematográfico, a obra que é considerada um *abre-alas* do modernismo brasileiro, nos é apresentada sob uma perspectiva onírica. Os autores questionam em que aspectos essa obra pode ser pensada como

modernista e em que sentido pode aproximar-se da psicanálise a partir da concepção freudiana de *trabalho dos sonhos*.

“Para que toda Modernidade seja digna de tornar-se Antiguidade, é necessário que dela se extraia a beleza misteriosa que a vida humana involuntariamente lhe confere”, sentenciava Baudelaire. É notório que há muitos anos fala-se de uma crise da modernidade e de seu problema de categorização; muitas, e por vezes canônicas, foram as tomadas de posição na análise, na crítica e também na defesa da nossa tradição cultural. Não é o caso, aqui, de retomar as inúmeras definições, tampouco de percorrer as já conhecidas e amplamente debatidas temáticas, se não para colocar no centro das atenções os desafios à modernidade, a crise da modernidade ou a pós-modernidade, ou para outros, a plena modernidade, no rastro de David Harvey, de Anthony Giddens e de Alain Touraine.

Por comodidade, podemos imaginar que o território conceitual no qual nos movemos seja delimitado, em seus extremos, por duas diferentes reações aos efeitos da chamada globalização: de um lado o entrincheiramento em posições de defesa extrema das identidades locais (algo que geralmente coincide com a reinvenção *ex novo* dos mesmos), e de outro, a homologação, a desterritorialização e a tendencial desmaterialização de qualquer referência à realidade local.

Em *A condição pós-moderna*, David Harvey aponta a descoberta de uma descontinuidade temporal que caracteriza a modernidade. No conceito de modernidade é ínsita uma descontinuidade cronológica e temporal que contribui à criação de um caos totalizante e de uma incerteza das estruturas sociais caracterizados, exatamente, por uma insegurança de fundo. O alternar-se da incerteza e do caos totalizante comportam uma fragmentariedade típica da própria modernidade, fragmentariedade esta que estará presente também na pós-modernidade. O sentido de continuidade histórica com as épocas precedentes é difícil de ser estabelecido à medida que as próprias características das épocas são continuamente colocadas em discussão, provocando assim processos de contínuas rupturas e fragmentações. É necessário, portanto, uma contínua descoberta de significados que devem ser reconhecidos, independentemente do fato que as condições históricas possam ou não permitir esta nova abordagem significativa.

E se a modernidade é já uma antiguidade ao rumarmos em direção à pós-modernidade, João Pedro Wizniewsky Amaral e Raquel Trentin Oliveira discutem a fragmentação, a descontinuidade a excentricidade no ensaio *Pós-modernismo formal em Diário de um ano ruim*, de J. M. Coetzee, autor sul-africano e Prêmio Nobel de Literatura em 2003. Material autobiográfico, ensaística, revisitação de textos, música como novas experimentações e reflexões sobre temas importantes da modernidade. A figura recorrente, em todas as suas obras, daquele homem que

tem dificuldades de se inserir no contexto, que não atinge as suas aspirações e que permanece solitário, excluído, vencido sem que seja possível distinguir se depende dele ou do ambiente, da pessoa ou da vida. Essa problemática pode ser evidenciada nos três motivos principais da obra que, porém, o autor não compõe em uma trama e não a desenvolve de modo que se combinem entre si, que se entrelacem e que ajam juntas, mas cada uma destas partes procede por conta própria, separadas entre si por linhas contínuas nas próprias páginas. “O pós-modernismo presente nessa obra extrapola os limites rígidos no que diz respeito ao texto, às relações com o texto e à própria obra, tanto como objeto material quanto objeto artístico”, concluem os autores.

Sempre no contexto da pós-modernidade, no suporte das histórias em quadrinhos, Fabio Mourilhe apresenta *A imagem pós-moderna de Robert Sikoryak*. Partindo de uma revisão bibliográfica sobre os conceitos de pós-moderno, o autor apresenta, a seguir, a obra do artista norte-americano, especialista em quadrinhos inspirados em clássicos da literatura mundial. Da inicial função de entretenimento, os quadrinhos produzidos por Sikoryak podem ser considerados metaimagens culturais, pois “incorporam os domínios da imagem, cultura, história e teoria, com uma autoconsciência teórica sobre história e cultura, junto a uma imagem que permite repensar as formas e conteúdos do passado ou do presente”. De *O morro dos ventos uivantes*, *A letra escarlate*, *Charlie Brown* e *Hulk*, Sikoryak se mostra em sintonia com a prática pós-moderna, o que inclui a perda de uma identidade homogênea e a possibilidade da ênfase na diferença, criticando, ironizando e chamando a atenção para temas da atualidade, demonstrando que estamos sempre desafiando a tão complexa modernidade.

Fabiano Dalla Bona
Sonia Cristina Reis